

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA PRÉ-CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO LESTE 2 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas
BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CAS - Coordenadoria de Assistência Social
CCA - Centro da Criança e do Adolescente
CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FAS - Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Municipal
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP - Ministério Público
MSE - Medidas Socioeducativas
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
NSE - Núcleo Socioeducativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCM - Tribunal de Contas do Município de São Paulo
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Pré-Conferência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Leste 2

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Pré-Conferência**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Pré-Conferência**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Apresentação

A Pré-Conferência Leste 2 ocorreu no dia 18 (dezoito) de junho de 2009 nas dependências do CEU Água Azul, na Avenida dos Metalúrgicos, 1.300 no distrito Cidade Tiradentes, sendo que o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8h e a plenária final encerrou-se às 18h30m. Essa Conferência abrangeu os seguintes distritos: Guaianases, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes.

Estavam presentes 247 (duzentos e quarenta e sete) participantes, dos quais 211 (duzentos e onze) inscritos, sendo eles 31 (trinta e um) usuários do SUAS, 72 (setenta e dois) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 66 (sessenta e seis) de organizações sociais e 42 (quarenta e dois) representantes do poder público.

A Pré-Conferência cumpriu com a programação prevista, exceto na parte da manhã, quando não ocorreu a realização de grupos temáticos seguidos de plenário para o “Conferir 2007”, em substituição a essa atividade foram lidos resumos dos quatro eixos (eixo 1 - Controle Social, eixo 2 - SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 - Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 - Financiamento), elaborados por uma comissão paritária proposta pela Comissão Regional que baseou os pareceres no material fornecido pela SMADS e nas experiências profissionais dos membros da comissão.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MARIA LAURINADA SILVA DUARTE
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MARIA APARECIDA FRANÇA COSTA
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADOR	ORLANILTON HENRIQUE DO NASCIMENTO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	NEUSA MARIA CAVALCANTE ALBUQUERQUE
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	DIANA RAMOS DE OLIVEIRA
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	PAULO CARVALHO DA SILVA

PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADOR	MARCIA CARVALHO CAMPANHOLLE
PODER PÚBLICO	TITULAR	SIMONE BAUSELLS PIRAGINE
PODER PÚBLICO	TITULAR	ELISABETE P. MELO SILVA

FALTAM RELATORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Pré-Conferência

CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS-SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I - Um Coordenador da Mesa

II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;

III- Um representante da CAS;

IV- Um representante da Sociedade Civil;

V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

-Dar início aos trabalhos

-Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário

-Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

-Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno

-Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

* Conselheiros Municipais de Assistência Social;

* Representantes do Poder Público;

* Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;

* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

*Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

*Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 14h00, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do subgrupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja a eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Subgrupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Subgrupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2.º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00 para realização da confirmação do credenciamento e escolha do subgrupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§ 1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/ entraves, apresentando os Relatórios dos Subgrupos para a deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Subgrupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§ 3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão deliberar quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS” .

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

*08h00 às 14h00 - Credenciamento;

*09h00 às 09h30 - Solenidade de Abertura;

*09h00 às 10h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

- *10h00 às 10h10 – Orientações da Comissão Central
- *10h10 às 11h30 – Conferir as deliberações de 2007
- *11h30 às 12h30 – Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos
- *12h30 às 13h - Intervalo para refeição
- *13h00 às 13h30 – Apresentação cultural
- *14h00 – Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual
- *13h30 às 14h15 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”
- *14h15 às 15h30 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.
- *15h30 às 16h30 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.
- *16h30 às 17h00 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

- I – Abrir e orientar a discussão
- II - Esclarecer dúvidas;
- III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;
- V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas por meio auditivo, sendo responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista que a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10 - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11 - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e-assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13 - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14 - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Art.15 - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

- * NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme
- * NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

- * SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim
- * SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO/OESTE

- * CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé
- * CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

- *SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão – Vila Prudente/Sapopemba-Penha
- * SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

- * LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista
- * LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16 - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as), observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17 - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social. Caso um segmento não atinja um número necessário, este poderá ser completado por representante de outros segmentos, sendo prioritariamente pelo segmento de usuários.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso II.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

- a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;
- b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;
- c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

Nessa Pré-Conferência a mesa foi composta pela Sra. Sonia Casemiro, coordenadora da Coordenadoria de Assistência Social - CAS Leste; Sr. Renato Barreiro, subprefeito de Cidade Tiradentes; Sr. Carlos Nambu, representante o Conselho Municipal de Assistência Social COMAS/SP; Sr. Luis Carlos da Silva, representante da Sociedade Civil e o Sr. Jorge Peres, subprefeito de Guaianases.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Sonia Casemiro – Desejo um bom dia a todos e agradeço a presença do subprefeito Sr. Renato Barreiro, enfatizando sua importância por ser um representante do governo voltado para a questão de Assistência Social. Cumprimento os representantes dos subprefeitos de Guaianases e Itaim Paulista. Agradeço ao COMAS/SP pela presença e o parabênico pelo trabalho e empenho do Conselho na realização da VIII Conferência. Agradeço ao ESPASO pela forma atuante e disciplinada com que tem feito todas as ações. Agradeço aos coordenadores e funcionários dos CRAS pelo apoio e a aceitação das propostas e a forma de desenvolver o nosso trabalho. Agradeço a colaboração dos funcionários das CAS. Agradeço também aos trabalhadores sociais e entidades presentes pelo empenho, enfatizando o quanto é bonito termos pessoas que contribuíram com a primeira eleição do COMAS nesta Pré-Conferência. Agradeço ao Representante da Sociedade Civil presente a mesa, Sr. Luis Carlos da Silva, por sua presença. Recordo que há nove anos realizamos a primeira eleição na região e tivemos a presença de mais de duas mil pessoas. Tínhamos muita dificuldade pelo caminho, mas acreditávamos na importância da criação do COMAS. E, em 2000, tivemos o primeiro mandato do Conselho, com uma participação dos usuários. E hoje, na preparação para a VIII Conferência, quando falamos em “Participação e Controle Social” é porque sabemos que não podemos mais simplesmente abraçar de forma ampla todos os nossos sonhos, mas a gente tem que qualificar, entender, fazer o usuário participar entendendo o processo e fazer os trabalhadores entender a importância do momento. Agradeço então a presença

de todos e quero que vocês vejam na CAS Leste um espaço de articulação dos territórios. Desejo um ótimo dia de trabalho a todos e um ótimo evento.

Renato Barreiro - Desejo bom dia a todos e agradeço ao convite. Agradeço a todas as funcionárias da Assistência Social que trabalham com a gente. Explico que a minha presença se dá pelo fato de principalmente eu já ter tido um contato com essa área de Assistência Social como coordenador de Assuntos Sociais na Subprefeitura da Sé. Acredito que aqui na Cidade Tiradentes é muito importante ajudar na área Social. A Assistência Social não está mais na subprefeitura, mas eu acredito que aqui em Cidade Tiradentes é muito importante um trabalho com a Assistência Social, com a Saúde e a Educação. Aqui no Brasil se fala muito em investir em Educação, mas a questão é muito mais ampla. Lembro um livro que usei no meu mestrado na Argentina que apresentava esse conceito de Educação mais ampla integrando outras áreas. E a diferença de um trabalho fora da escola é visível. E por isso eu vejo a importância de se ampliar os projetos na área da Assistência Social, principalmente aqui na Zona Leste. O fato da Secretária de Assistência Social ter sido entregue para a vice-prefeita dá outro brilho para a área da Assistência. Um dos grandes problemas da região é a irregularidade de algumas ONGs e a falta de sede apropriada para efetuar convênios de outras. Estamos fazendo uma campanha para incentivar o voto aos dezesseis anos e quem produziu os cartazes para a campanha foram os jovens que participam de oficinas do Centro de Juventude. Uma prioridade para a subprefeitura é ampliar esses convênios. E a segunda é aumentar o controle do dinheiro público e das equipes de funcionários. Otimizando o trabalhos das ONGs e da prefeitura.

Luis Carlos da Silva - Desejo um bom dia a todas e a todos. Falo sobre essa abertura e aquilo que julgo ser o essencial a ser dito: A co-responsabilidade como um dos tripés para tudo que for apontado e dito. Que a Sociedade Civil seja co-responsável. A Sociedade Civil tem a responsabilidade de endossar positiva ou negativamente os encaminhamentos dados e que nos trabalhos ao longo desta Conferência ao conferir se possa olhar o que foi feito e apreciar o que será e quando será realizado. Com o novo desenho institucional a LOAS e o SUAS ganharam maioria institucional e não são mais aporte do Programa de Governo. Esse momento é para se retratar um todo, não só Cidade Tiradentes, mas a

Região em que hoje vamos conferir os avanços e desavanços na área da Assistência. Temos um dia extenso de trabalho e eu declaro, em nome da comissão de articulação para esse evento, como representante da Sociedade Civil, que nosso propósito é qualidade e não quantidade. E que no fim do dia, com esta qualidade, a gente possa prenunciar o novo caminho dentro desse novo modelo de gestão. E desejo felicidades para todos os envolvidos nesse processo.

Jorge Peres – Desejo bom dia a todos. É um prazer muito grande estar aqui hoje porque além de ser subprefeito, ex-vereador, eu também fui do terceiro setor. Fundei uma ONG e acreditei que se voltasse meu trabalho para a política, vistas as dificuldades para se trabalhar como entidade, eu poderia ajudar os trabalhos de outras ONGs. A região da Zona Leste é uma área com muitas dificuldades, uma demanda muito grande. Enfatizo a importância do papel do poder público e da Sociedade Organizada para que através dessa interação sejam feitas melhorias para a comunidade. Cumprimento os participantes da mesa, as supervisoras dos CRAS. Parabenizo a todos pelo esforço, pelo espaço de democratização, pela participação popular e desejo muita sorte, um ótimo trabalho e que a gente possa amenizar o sofrimento dessa comunidade.

Carlos Nambu – Desejo um bom dia a todas e todos e cumprimento todos os presentes a mesa. Gostaria de registrar a presença do COMAS e parabenizar a comissão organizadora da Regional pelo trabalho realizado durante o processo de construção dessa Pré-Conferência. E pela busca de um processo gradual no aprimoramento do espaço da democracia participativa. A Conferência está voltada para o tema “Participação e Controle Social”. Enfatizando a importância dos Conselhos, das Conferências e dos Fóruns. Nessa Conferência está sendo valorizado esse espaço de Participação e todos os seus atores que fazem parte dessa reflexão e sua contribuição para as políticas públicas da Assistência Social. Enfatizo a participação da Comissão Central em trabalho conjunto com as dez Comissões Regionais e o trabalho de bastidor do COMAS. Fizemos um trabalho de formação, comunicação e transparência principalmente para o sucesso da discussão do tema central da Conferência que exige esses requisitos. No processo de formação se fez a qualificação para o processo da Conferência onde vamos conferir o que foi realizado ou não das deliberações de 2007 e vamos propor para a Conferência 2009, buscando o

fortalecimento dos espaços da democracia participativa. Esperamos um debate qualificado onde possamos ter encaminhamentos concretos para a realização de todas as demandas e tudo que é necessário para o fortalecimento desses espaços. Gostaria, em nome do COMAS, declarar aberta a Conferência Regional.

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 - Controle Social, eixo 2 - SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 - Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 - Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 - Controle Social

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	EM PARTE	CURTO PRAZO		Maior incidência de insignificante vontade política
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	EM PARTE	CURTO PRAZO		
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO	CURTO PRAZO		
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO	CURTO PRAZO		
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO	CURTO PRAZO		
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	EM PARTE	CURTO PRAZO		
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO	CURTO PRAZO		
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		Faltam subsídios para análise/ incompreensão da proposta

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.				
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersectorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	NÃO	CURTO PRAZO		
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	EM PARTE	CURTO PRAZO		
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	EM PARTE	CURTO PRAZO		
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	EM PARTE	CURTO PRAZO		
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole				
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	NÃO AVALIADA	CURTO PRAZO		
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	NÃO	CURTO PRAZO		
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática "08- Assistência Social", integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.	SIM	CURTO PRAZO		
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> Com relação ao indicador avanço a comissão paritária determinou não fazer a avaliação por falta de dados consistentes para a análise. 					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	NÃO			
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	EM PARTE			
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	EM PARTE			
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	EM PARTE			
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO			
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV-profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	EM PARTE			
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO			
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	EM PARTE			
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO			
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	EM PARTE			
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO			
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	EM PARTE			
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	EM PARTE			
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	EM PARTE			
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	EM PARTE			
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	EM PARTE			
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	EM PARTE			
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	NÃO			
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.	EM PARTE			
23	Ampliar e implementar programas para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.	EM PARTE			
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.	NÃO			
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.	EM PARTE			
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.	EM PARTE			
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.	NÃO AVALIADA			
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.	NÃO			
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.	EM PARTE			
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.	EM PARTE			
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.	NÃO			
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).	EM PARTE			
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.	EM PARTE			
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	NÃO AVALIADA			
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.	EM PARTE			
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	município.				
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.	EM PARTE			
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.	NÃO AVALIADA			
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.	NÃO AVALIADA			
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.	NÃO AVALIADA			
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.	NÃO AVALIADA			
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
45	Ampliar o número de Telecentros.	NÃO AVALIADA			
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).	NÃO AVALIADA			
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).	EM PARTE			
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.	EM PARTE			
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.	NÃO AVALIADA			
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.	NÃO AVALIADA			
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.	EM PARTE			
RELATÓRIO FINAL					
<p>Há várias propostas cujas ações são de responsabilidade de outras Secretarias ou órgãos. Outras são metas permanentes da PAS e vem sendo executadas pela SMADS ainda que não atinjam 100% da demanda.</p> <p>Com relação às dificuldades, a maioria diz respeito à: Interface de negociação intersetorial;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade orçamentária; • Vontade política, aliada a prioridades definidas por outras instâncias (MDS, MP, entre outros); • Ausência de Política de Recursos Humanos; • Quanto à transferência de renda o que compete a SMADS vem sendo realizado e ainda que tratem na maioria de programas do governo federal sobre os quais não temos governabilidade. 					

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	EM PARTE			
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	NÃO AVALIADA			Falta de subsídios ou problemática de compreensão do item proposto
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	NÃO			
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	EM PARTE			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
RELATÓRIO FINAL					
Não foi elaborado pelo grupo.					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	EM PARTE			
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	NÃO			
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	EM PARTE			
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	EM PARTE			
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	EM PARTE			
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	EM PARTE			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	EM PARTE			
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO			
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	NÃO			
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO			
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/ SUAS.	NÃO			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	NÃO AVALIADA			
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	EM PARTE			
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO			
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	EM PARTE			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO AVALIADA			
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	NÃO AVALIADA			
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	NÃO AVALIADA			
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO			
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO			
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	EM PARTE			
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	EM PARTE			
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.	EM PARTE			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.				
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.	NÃO			
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	NÃO			
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	EM PARTE			
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.				
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	NÃO			
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	EM PARTE			
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	NÃO AVALIADA			
RELATÓRIO FINAL					
<p>Com relação às dificuldades perante a implementação das propostas, foram apontados os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de mobilização e integração da sociedade civil; • Problemáticas referentes a orçamento; • Vontade política, não partidária, aliada às necessidades de atendimentos de prioridades estabelecidas por outras instancias tais como MDS, Ministério Público, entre outras; • Observou-se a necessidade de revisão e atualização da portaria 28/SMADS /GAB. <p>Durante a leitura foi esclarecido para a plenária que todo e qualquer projeto a ser financiado com recursos de emendas parlamentares deve ser aprovado pelo COMAS e que a respeito da desburocratização de regras para estabelecimentos de parcerias com o poder público (proposta 20), salientou-se a exigência legal de: chamamento mediante edital, monitoramento, supervisão técnica e a periódica prestação de contas. Trata-se de condições legais absolutamente indispensáveis para a realização de parcerias mediante convênios.</p>					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra¹ “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Renato Luz que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática.

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispuseram do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo houve um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

¹ O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País; Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento na participação popular, incluindo o fato da guarda civil neste evento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Processo histórico da não participação popular; 2. Pouco tempo disponível para discussão da contextualização da assistência social no Brasil; 3. Desconhecimento dos serviços oferecidos pela rede de assistência social (falta de divulgação); 4. Não há registros consistentes do Observatório Central; 5. Falta de integração da rede de assistência social; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a politização dos indivíduos através de espaços de discussão, disseminando informações a respeito dos serviços existentes, a fim de propiciar maior participação popular; 2. Elencar os serviços inexistentes da Rede, levando como instrumentos para tal os dados do Observatório Central e implementar estes serviços de acordo com a necessidade local; 3. Abrir, durante 24h, todos os serviços da Rede que representam uma porta de entrada e que esses sejam interligados para a população ter mais acesso (CRAS, delegacia de Defesa da Mulher, CTs, Núcleos de Defesa etc); 4. Formação de um Conselho Gestor do CRAS tripartite e deliberativo (rol de propostas da VII Conferência 2007) e sua divulgação para os usuários; 5. Articulação de todas as secretarias municipais para a promoção de atendimento integrado para população; 6. Projetos de interesses reais para os jovens e crianças, difundindo de maneira lúdica o PNAS, em especial os jovens em liberdade assistida.

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 – Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / propostas
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento dos usuários sobre os direitos e disponibilidade dos serviços; 2. SUAS existe na lei, mas não é implementado; 3. Falta de estrutura e verba nos CRAS E CREAS; 4. Falta de alimentação e infra-estrutura para participação dos usuários; 5. Dificuldade no entendimento dos assuntos técnicos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilitar que os usuários possam avaliar a qualidade dos serviços oferecidos, tanto os públicos quanto os conveniados; 2. Elaborar e divulgar amplamente os serviços disponíveis, por meio de cartilhas, sites, entre outros meios, pela SMADS e COMAS em conjunto; 3. Efetivar a implementação do SUAS prevista em lei; 4. Descentralizar os equipamentos e recursos da assistência social para que os serviços (CRAS, CREAS) tenham verba própria para suprir sua demanda; 5. Destinar recursos orçamentários para viabilizar a participação dos usuários da área de as principalmente no que se refere à alimentação; 6. Criar espaços de formação permanente para capacitar os usuários, inseridos nos diversos serviços; 7. Descentralizar os órgãos e eventos de controle social aos níveis descentralizados de gestão e serviços da assistência social (CAS, CREAS, CRAS, entre outros); 8. Implantar a NOB RH e reconhecer a categoria de trabalhadores sociais; 9. Reconhecer as funções dos conselheiros por meio de qualificação para a promoção humana; 10. Trabalhar as indiferenças entre a assistência social e o assistencialismo e responsabilizar os usuários dos seus deveres; 11. Descentralização do comas sobre a vigilância social; 12. Rever o corte do orçamento.

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<ol style="list-style-type: none">1. ONGs que trabalham com os direitos de cidadania (Ex. Promotoras Legais Populares);2. Fórum do Idoso.	<ol style="list-style-type: none">1. Trazer o usuário para participar de forma politizada e consciente;2. Alguns conselhos são cooptados pelo governo;3. Não avaliação do que foi feito;4. O governo tem dificuldade de entender as necessidades dos usuários.	<ol style="list-style-type: none">1. Mapear, informar e fortalecer a rede social;2. Formar fóruns;3. Colocar os Conselhos em prática efetivamente;4. Divulgar relatórios trimestrais à população (Comissão de avaliação e monitoramento);5. Implantar o SUAS em sua totalidade;6. Formar conselho gestor em cada serviço de assistência com representação de usuários, trabalhadores e gestores

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<ol style="list-style-type: none">1. Cancelar impostos sobre serviços (ISS) a todas as organizações conveniadas com a Prefeitura;2. Ampliar e descentralizar convênios no segmento Idoso nas regiões menos favorecidas como: Centro de Convivência; Centros de Referência;3. Garantir que a aplicação anual do município destinada à Assistência Social seja de 5% e que não seja escalonado e sim em parcela única, com maior incentivo às parcerias com o setor privado;4. Repassar as deliberações das conferências regionais, municipal, estadual e nacional para todas as ONGs através de documento e que seja de forma clara para que sejam subsídio para acompanhamento e monitoramento da sociedade civil;5. Criar comissão de monitoramento contínuo com o caráter de acompanhar e fiscalizar a execução em parceria com COMAS, Poder Público, Legislativo, Sociedade Civil, Poder Judiciário e Segundo Setor;6. Descentralizar o Plenária do Orçamento, aproximando as discussões da população;7. Destinar verbas para capacitação e formação da sociedade civil para que as pessoas tenham mais clareza da política de assistência social;8. Produzir informativos (com tiragem expressiva) do balancete financeiro da Assistência Social com objetivo de democratizar a informação sobre o que se gasta e como se gasta os recursos e facilitar a intervenção da população (meta a ser cumprida pelo COMAS e SMADS);9. Financiar programas de incentivo à educação e profissionalização em parceria com outras secretarias para mulheres em situação de violência;10. Implementar políticas de geração de trabalho e renda de forma significativa para complementar o programa Bolsa Família;11. Realizar educação nutricional e alimentar e o reaproveitamento de alimentos e agricultura popular.

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
3	1. Pouca divulgação de conselhos, conferências etc.	1. Produzir materiais de divulgação (folder, cartaz etc.). 2. Mais mobilização local.
4	1. Transporte 2. Alimentação	1. Conscientização da comunidade para participação espontânea; 2. Descentralização do orçamento participativo, com previsão de recursos para essa finalidade.

6. Moções referendadas na Pré-Conferência

Moção: Garantia de Direitos

Propositor	Luiz Carlos: Comissão Regional
Destinatário	-----
Criação das câmaras regionais de usuários.	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 29 pessoas, que informaram nome completo, e referendada pelo Plenário.	

Moção: Protagonismo

Propositor	Luiz Carlos: Comissão Regional
Destinatário	-----
Reconhecer a função do Conselheiro das Políticas Públicas como relevante, qualificando e formando-o para a apropriação do entendimento de seu papel e conseqüente promoção humana.	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 25 pessoas, que informaram nome completo, e referendada pelo Plenário.	

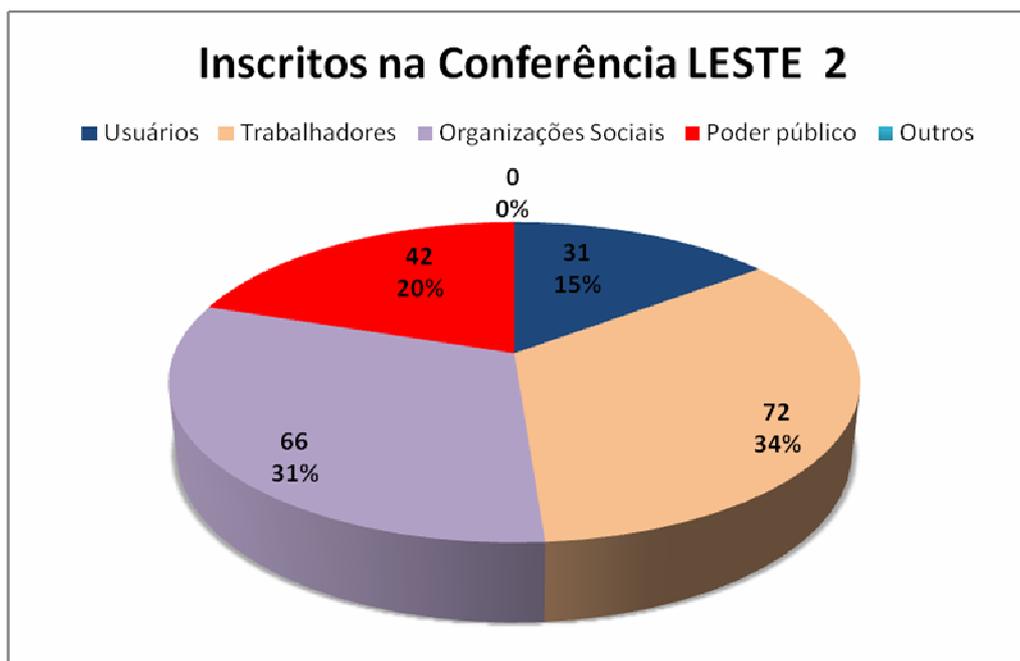
7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de 1 (uma) vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Pré-Conferência, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos - usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 24 (vinte e quatro) delegados titulares para participarem com direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal de São Paulo, sendo 8 (oito) representantes dos usuários do SUAS, 11 (onze) representantes dos trabalhadores e 5 (cinco) representantes de organizações sociais. Não foram escolhidos delegados suplentes e foram escolhidos 3 (três) observadores, os quais possuem apenas o direito de voz na VIII Conferência Municipal de São Paulo. Para a Conferência Estadual, foram escolhidos 35 (trinta e cinco) delegados. No total foram recolhidas 20 (vinte) fichas de avaliação da Conferência.

7.1. Participantes inscritos

Foram inscritas 211 (duzentas e onze) pessoas, sendo elas 31 (trinta e uma) usuários do SUAS, 72 (setenta e duas) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 66 (sessenta e seis) de organizações sociais e 42 (quarenta e duas) representantes do poder público.



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Luiz Carlos da Silva
2. Magal de Jesus da Silva
3. Maria Aparecida de França
4. Maria José da Silva Teodósio
5. Orlanilton Henrique do Nascimento
6. Rosana Placida Malta Pereira
7. Sarah Jane Alves Jarcen
8. Thaisa Aparecida Elizeu

Segmento: Trabalhadores

1. Cledioneide de Abreu Rodrigues
2. Jamila Casimiro Pereira
3. Jucilene Silva A. Oliveira Monteiro Almeida
4. Marcos Nunes da Silva
5. Maria Aparecida Correia
6. Maria Valéria Gonçalves Brandão
7. Orlando Lomne Alezo
8. Selma Silva dos Santos
9. Thatiane Coghi Ladeira
10. Wellinton José da Silva

Segmento: Organizações Sociais

1. Laís Pereira Bastos
2. Lisandra Cristina Felix
3. Lusiene Ribeiro Soares
4. Renato Nogueira Santos
5. Waldir Moura dos Santos

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

Não houve representação.

Segmento: Organizações Sociais

Não houve representação.

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

1. Lyvia O.B. de Ami
2. Maria Torquata da Silva Mendes
3. Neusa Maria Cavalcante de Albuquerque

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

1. Adriana Ferraz Correia
2. Ana Rita Eduardo
3. Antonia Aleixo Fernandes
4. Eliana Irena do Nascimento Menezes
5. Elisabete Pereira Melo Silva
6. Francilene Gomes Fernandes
7. José Antônio Silva Moraes
8. Marcos Roberto Beuther
9. Maria Aparecida de Lima
10. Maria das Graças Quirino Barbosa
11. Maria Lucia Tavares
12. Maria Márcia Ferreira Teófilo
13. Maria Marlene do Nascimento
14. Nadir Aparecida Costa Godoi
15. Neusa Correia da Silva Pereira
16. Roseli Innocencio
17. Simoni Bausele Piragne
18. Sônia Cassimiro M. S. Ferreira
19. Sonia Maria dos Santos
20. Valdenice S.S. Santana

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nessa Conferência foram entregues por parte dos participantes um total de 50(cinqüenta) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* a maioria, 72% (36 avaliações) indicaram como BOM; no item *palestra* a maioria, 56% (28 avaliações) também indicaram o processo como BOM; no item *trabalhos em grupo*, 36% (18 avaliações) avaliaram como BOM, enquanto 34% (17 avaliações) indicaram como REGULAR; no item *infra-estrutura*, 44% (22 avaliações) apontaram como REGULAR, enquanto 38% (19 avaliações) indicaram como BOM. No quesito *organização geral do evento*, as avaliações foram de 50% para REGULAR e 42% avaliaram como BOM. Foram realizadas *sugestões, críticas e elogios* que seguem tabulados abaixo dos gráficos referentes aos itens avaliados.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Pré-Conferência

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	7	36	7	0
<i>Palestra(s)</i>	6	28	15	1
<i>Trabalhos em grupos</i>	8	18	17	7
<i>Infra-estrutura</i>	9	19	22	0
<i>Organização geral do evento</i>	4	21	25	0

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

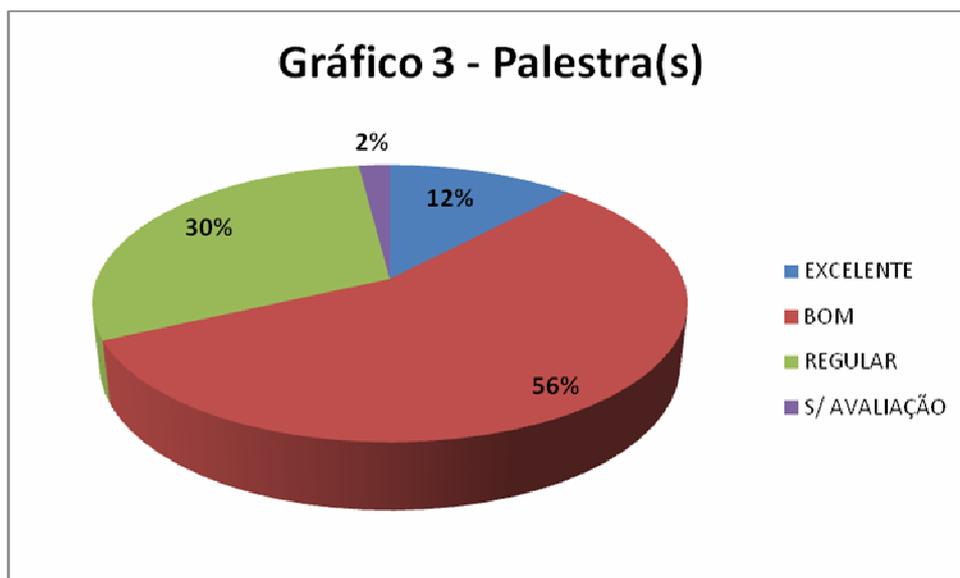
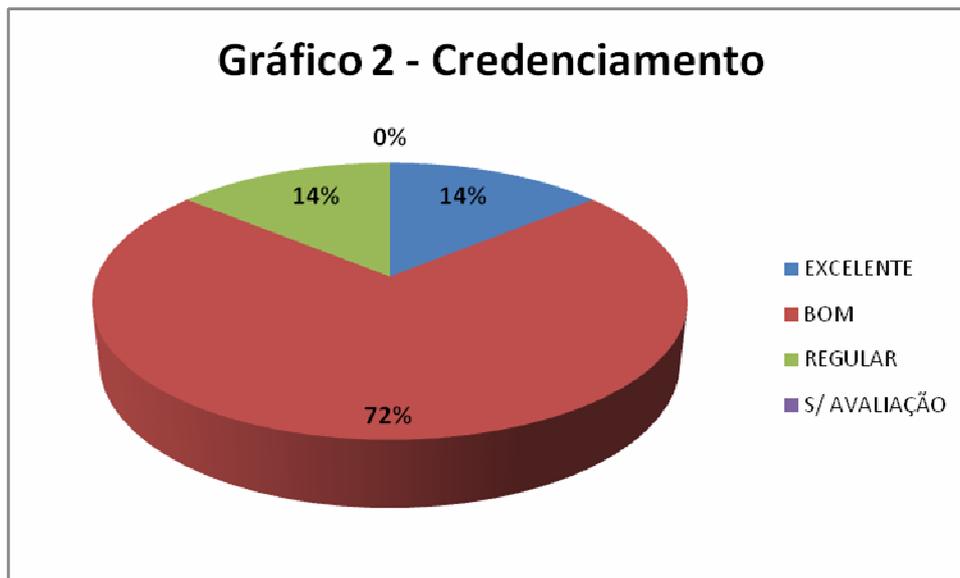


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

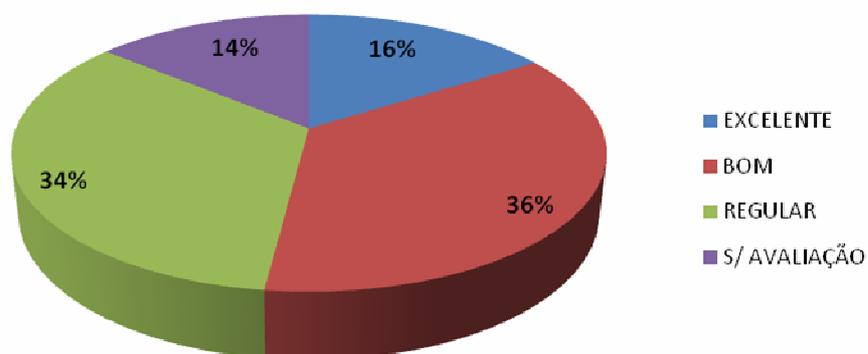


Gráfico 5 - Infra-estrutura

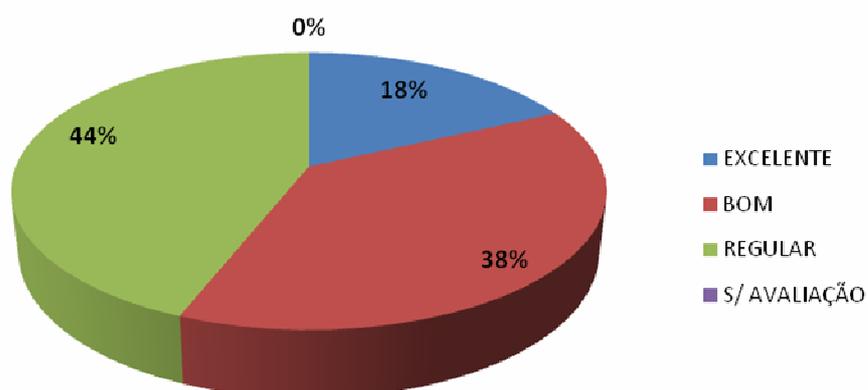
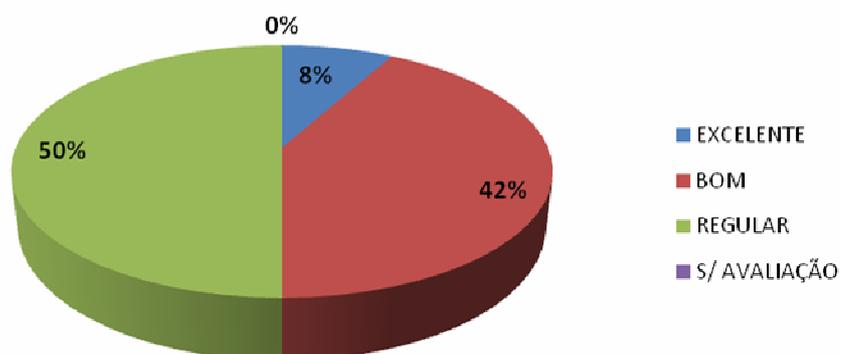


Gráfico 6 - Organização geral do evento



9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

• Sugestões

1. Realizar a Conferência em dois dias.
2. Sensibilizar usuários para os subtemas.
3. Reservar espaço adequado para realização das atividades
4. Melhorar a condução por parte da mesa mediadora
5. Não ter hora para fechar o credenciamento (02)
6. Participação de profissionais de outras áreas
7. Ofertar almoço aos participantes (02)
8. Benefício da Assistência Social
9. Apresentar dados consistentes concretos com relação as verificações (02)
10. Melhorar na organização do evento (03)
11. Divulgar o evento de uma melhor maneira (04)

• Críticas

1. Espaço físico inadequado para trabalho em grupo (04)
2. Falta de microfones, atrasou o trabalho nos grupo
3. Faltou embasamento dos itens colocados em discurso para conferir (07)
4. Muita desorganização para um evento bienal (02)
5. Falta de foco nas discussões em grupo
6. Alimentação inadequada
7. Má condução da mesa mediadora
8. Trabalho ruim da assessoria
9. Palestra massante
10. Extensão nos horários prejudica a participação
11. Faltou o item de avaliação RUIM (02)

• Elogios

1. Agradecimentos pelos convites (02)
2. Muito bom o evento
3. O trabalho em grupo foi bem realizado

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria

da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Sr^a Secretaria determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providencia pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providencias quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providencia* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a

cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriamente e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz.

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosângela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus *"benfeitores"* condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática - exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Thaisa Aparecida Elizeu	RG: 32143737-8
	Endereço: Rua 10 G, 194	
	Telefone: 3808-8634	Email: thata-luz@hotmail.com
2	Nome: Sarah Jane Alves Jarcen	RG: 20905291-0
	Endereço: Rua dos Têxteis, 3667, apto 31A	
	Telefone: 7218-1726	Email: sajar-alves.g@hotmail.com
3	Nome: Maria Aparecida de França	RG: 14045652-1
	Endereço: Rua Odilon Chaves, 257	
	Telefone: 2035-6672	Email: agentidlzidinhafranca@yahoo.com.br
4	Nome: Maria José da Silva Teodósio	RG: 118336934-9
	Endereço: Rua Maeses de Carena, 409	
	Telefone: 2282-7293	Email: -----
5	Nome: Luiz Carlos da Silva	RG: 8273135-4
	Endereço: Rua Irmão Fabiano	
	Telefone: 2552-7187	Email: luizacaocomunitaria@gmail.com
6	Nome: Orlanilton Henrique do Nascimento	RG: 36161352-0
	Endereço: Rua Ircraba, 128	
	Telefone: 2515-4500/ 8908-4108	Email: henriquen@terra.com.br
7	Nome: Magal de Jesus da Silva	RG: 23863775-X
	Endereço: Rua dos Faiscadores, 18A, Guaianases	
	Telefone: 3808-6665	Email: maga.bionda@ig.com.br
8	Nome: Rosana Placida Malta Pereira	RG: 36001267-X
	Endereço: Rua Baltazar Barroso, 45A, Jd das Etelvinas	
	Telefone: 4045-2300	Email: rosanapereira2009@hotmail.com

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Wellinton José da Silva	RG: 25768223-5
	Endereço: Rua Arroio Triunfo, 245/31B	
	Telefone: 8796-1004	Email: usswellinton@hotmail.com
2	Nome: Jucilene Silva A. Oliveira Monteiro Almeida	RG: 20673818-X
	Endereço: Rua João da Silva Aguiar, 1038, Guaianazes	
	Telefone: 2153-5474	Email: juci_monteiro@hotmail.com
3	Nome: Marcos Nunes da Silva	RG: 16469937-5
	Endereço: Rua Líbero Ancona Lopes, 549, São Miguel	

	<u>Telefone:</u> 2956-3259/ 9268-3152	<u>Email:</u> mnsjnunes@ig.com.br
4	<u>Nome:</u> Cleidioneide de Abreu Rodrigues	
	<u>RG:</u> 52818608-5	
	<u>Endereço:</u> Rua Freguesia de São Romão, 384, Itaim Paulista	
	<u>Telefone:</u> 3987-2047	<u>Email:</u> cleidioneider@bol.com.br
5	<u>Nome:</u> Maria Aparecida Correia	
	<u>RG:</u> 29989-6	
	<u>Endereço:</u> Rua Altamira do Maranhão, 124, Jd Etelvina	
	<u>Telefone:</u> 2836-7311	<u>Email:</u> Maria.correia2009@hotmail.com
6	<u>Nome:</u> Selma Silva dos Santos	
	<u>RG:</u> 24375981-6	
	<u>Endereço:</u> Rua Visconde de Maringue, 26, AP 42A, Cidade Tiradentes	
	<u>Telefone:</u> 9509-1315	<u>Email:</u> profa.florzinha@yahoo.com.br
7	<u>Nome:</u> Aline Canciani	
	<u>RG:</u> 40047634-4	
	<u>Endereço:</u> Rua Visconde de Itaboraí, 290, apt 91, Vila Azevedo	
	<u>Telefone:</u> 8250-9547/ 2285-7739	<u>Email:</u> licanciani@yahoo.com.br
8	<u>Nome:</u> Maria Valéria Gonçalves Brandão	
	<u>RG:</u> 20136709-9	
	<u>Endereço:</u> Rua José Monteiro dos Santos, 405, Jd Santa Terezinha	
	<u>Telefone:</u> 9312-7934	<u>Email:</u> osbrandao@hotmail.com
9	<u>Nome:</u> Jamila Casimiro Pereira	
	<u>RG:</u> 33463998-0	
	<u>Endereço:</u> Rua Bela Cintra, 103, apt 143, Consolação	
	<u>Telefone:</u> 8415-1656/ 2259-5729	<u>Email:</u> jcbasic@hotmail.com
10	<u>Nome:</u> Thatiane Coghi Ladeira	
	<u>RG:</u> 44161699-9	
	<u>Endereço:</u> Rua Cons. Cotegipe, 121	
	<u>Telefone:</u> 2695-2179	<u>Email:</u> centacontato@gmail.com.br
11	<u>Nome:</u> Orlando Lomne Alezo	
	<u>RG:</u> 44123334-X	
	<u>Endereço:</u> Rua Antonio Aroyo, 49	
	<u>Telefone:</u> 8522-5275	<u>Email:</u> orlandofaculdade@ig.com.br

Segmento: Organizações Sociais

1	<u>Nome:</u> Laís Pereira Bastos	
	<u>RG:</u> 22294889-9	
	<u>Endereço:</u> Rua Cachoeira Idalina, 61, Barro Branco/Cidade Tiradentes	
	<u>Telefone:</u> 7391-9763	<u>Email:</u> -----
2	<u>Nome:</u> Lisandra Cristina Felix	
	<u>RG:</u> M-9253499	
	<u>Endereço:</u> Rua Cachoeira Idalina, 139, Barro Branco/Cidade Tiradentes	
	<u>Telefone:</u> 7391-9763	<u>Email:</u> -----
3	<u>Nome:</u> Renato Nogueira Santos	
	<u>RG:</u> 44123423-9	
	<u>Endereço:</u> Rua Francisco José Viana, 1689, apt 24A	
	<u>Telefone:</u> 8600-1797	<u>Email:</u> rnogueira@apsantamaarcelina.org
4	<u>Nome:</u> Waldir Moura dos Santos	
	<u>RG:</u> 9780118-5	
	<u>Endereço:</u> Av. Nordestina, 6969	
	<u>Telefone:</u> 2512-9394/ 7519-4814	<u>Email:</u> waldirmsantos@bol.com.br

5	Nome: Lusiene Ribeiro Soares	RG: 33359850-2
	Endereço: Rua Solidonero Leite, 2569, Vila Ivone	
	Telefone: 2016-2036/ 8038-0523	Email: lusieneribeiro@yahoo.com.br

Observadores à VIII Conferência Municipal

1	Nome: Lyvia O.B. de Ami	RG: 32037132-3
	Endereço: Rua Domenico Melli, 336, apt 22B	
	Telefone: 2254-6810	Email: lyvia-ami@hotmail.com
2	Nome: Neusa Maria Cavalcante de Albuquerque	RG: 13994142-3
	Endereço: Rua Augusto Alfredo Joaquim, 92, Cohab Juscelino	
	Telefone: 2256-7485/ 2555-3365	Email: neuamerico@hotmail.com
3	Nome: Maria Torquata da Silva Mendes	RG: 59519255PI
	Endereço: Rua Apucarana, 170, Vista Alegre	
	Telefone: 8977-5229	Email: -----

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência

	NOME	E-MAIL	TELEFONES
1	Adriana Ferraz Correia	ferrazdecastro@yahoo.com.br	(11) 2032 5554/(11) 9582 3269
2	Ana Rita Eduardo	anaritaeduardo@hotmail.com	
3	Antonia Aleixo Fernandes	antonia.aleixo@terra.com.br	(11) 2115 8252/(11) 7396 2825
4	Eliana Irena do Nascimento Menezes	eliana.irena@terra.com.br	(11) 2557 6615/(11) 8121 0026
5	Elisabete Pereira Melo Silva	epmsilva@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2557 6247/(11) 7577 1049
6	Francilene Gomes Fernandes	julinhayoung@uol.com.br	(11) 2079 5107(11) 6604 2284
7	José Antônio Silva Moraes	afrodescendentemoraes@yahoo.com.br	(11) 2282 4151/(11) 9762 4698
8	Marcos Roberto Beuther	marbeuther@ig.com.br	(11) 2961 6782
9	Maria Aparecida de Lima	cidalima13@hotmail.com	(11) 2512 6398/(11) 6369 1469
10	Maria das Graças Quirino Barbosa	mgq@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2073 4659/(11) 7471 8866
11	Maria Lucia Tavares	mltavares13@yahoo.com.br	(11) 2561 7018/(11) 7535 1655
12	Maria Márcia Ferreira Teofilo	marcia_tefilo@superig.com.br	(11) 2286 1793/(11)837 3 1013
13	Maria Marlene do Nascimento	mariamnascimento@prefeitura.sp.gov.br	(11) 9821 1334
14	Nadir Aparecida Costa Godoi	godoinadir@gmail.com	(11) 4753 5994/(11) 7442 3364
15	Neusa Correia da Silva Pereira	neusapereira@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2557 0774/(11) 8144 5812

16	Roseli Innocencio	roseliinocencio@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2295 7967/(11) 9995 0922
17	Simoni Bausele Piragne	spiragini@gmail.com	(11) 4089 3193/(11) 91298189
18	Sônia Cassimiro M. S. Ferreira	scmferreira@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2786 6552
19	Sonia Maria dos Santos	soniasantos@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2054 5505/(11) 8174 9343
20	Valdenice S.S. Santana	sanval_89@yahoo.com.br	(11) 4754 2251/(11) 8333 8302